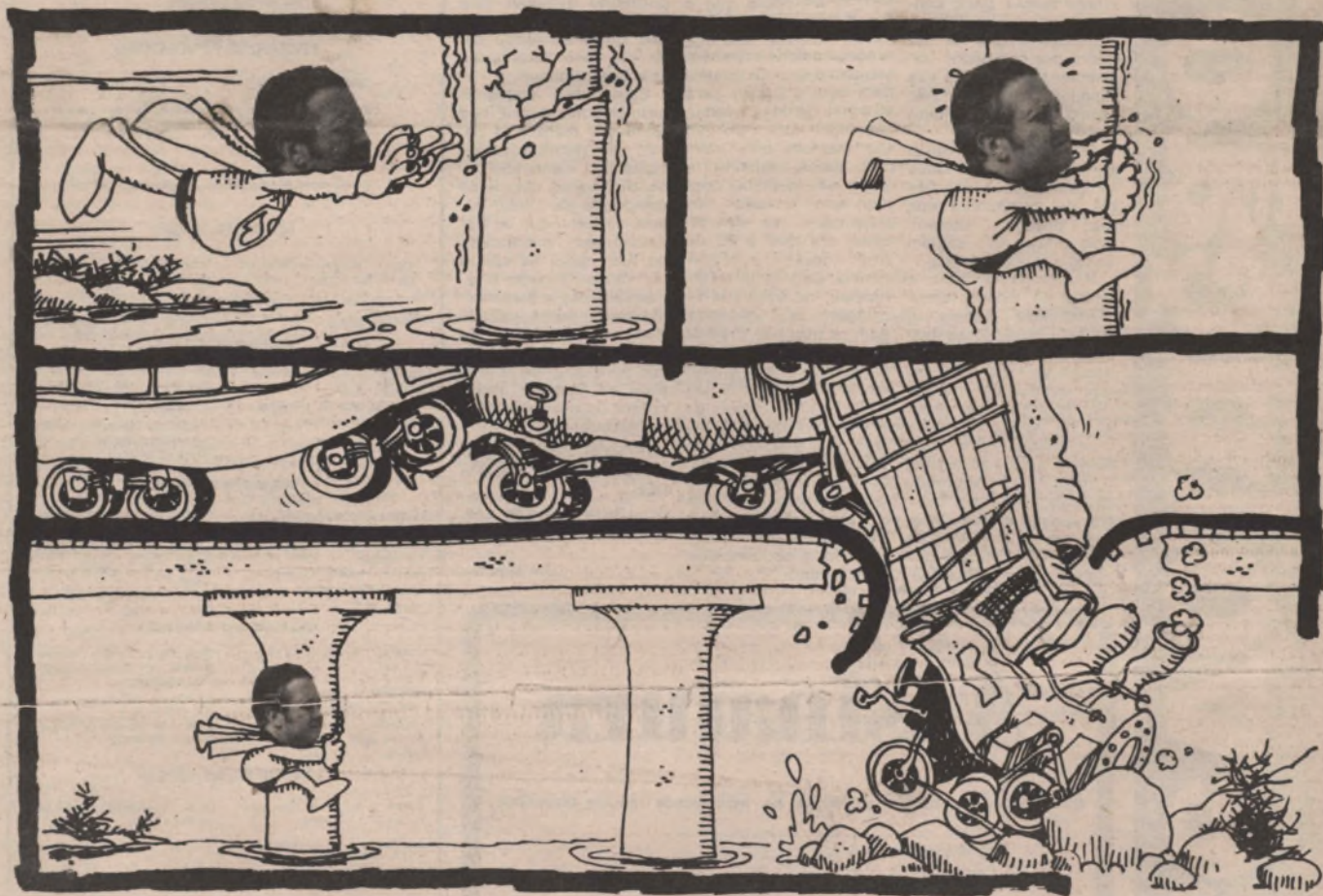


Revolução

Quem quer embarcar neste comboio?



PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

dos leitores

Porto-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



«...agora, depois da campanha de Otelo, da força que os trabalhadores mostraram, na rua, agora as coisas vão mudar...»

Em várias unidades os soldados foram impedidos de votar

Comradas:
A burguesia continua e agora mais do que nunca a enganar os trabalhadores e a tentar aproveitar-se da sua falta de esclarecimento para conseguir os seus intentos.

Porque é que os noventa por cento dos trabalhadores armados das unidades militares não votaram nas presidenciais?

Foi preciso em várias companhias os soldados lembrarem os comandantes de companhia que era preciso votarem, pois ainda não sabiam como o haviam de fazer.

Na minha unidade, à última da hora foram distribuídos papéis à malta, papéis esses que eram para delegar o voto a outra pessoa, uma vez que estavam impedidos de o fazer por motivo de serviço. Houve companhias onde não haviam papéis para toda a malta. Isto é para todos aqueles que iriam confiar o voto a outra pessoa, houve tentativa de recusa de entrega dos papéis depois de assina-

dos pelo comandante a alguns soldados, dizendo que os papéis estavam mal preenchidos.

Os oficiais lá na unidade, tiveram perfeita consciência do apoio que o major Otelo tinha a nível militar (nesta unidade era uma maioria e também sabiam que com papéis para aqui e papéis para ali a maioria dos soldados não iriam votar porque não queriam estar com todo este trabalho, e quem iam favorecer com tudo isto, já todos nós sabemos o que eles temiam era que o 25 de Abril fosse à Presidência, pois se tal acontecesse, os soldados facilmente se organizariam, o que não impede, mesmo que Otelo não tenha ganho de nos organizarmos, claro!!!

Camaradas, depois do 25 de Novembro a organização dos soldados desta unidade, como de todas as outras, foi atacada; antes estávamos autorizados a fazer plenários para resolvermos os nossos problemas, podíamos organizar-nos.

ADU's, etc. etc...

Depois do 25 de Novembro, tudo isto desapareceu e o «otelo» dos srs oficiais (messe) voltou a abrir, não sendo permitido qualquer tipo de reuniões e a repressão vai-se abatendo cada vez mais fortemente sobre os soldados.

Camaradas, enquanto tudo isto aconteceu, nós fomos mantendo o mesmo que paralisados de espanto e incredibilidade, mas agora, depois da campanha de Otelo, depois da força que os trabalhadores mostraram, na rua, agora as coisas vão mudar, e como a repressão está a aumentar também a nossa unidade e organização tem de aumentar tem de se fortalecer, para que nunca viremos as nossas armas contra os nossos irmãos trabalhadores.

LUTEMOS PELA ORGANIZAÇÃO DOS SOLDADOS

SÓ UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS

Um soldado

Lê assina divulga Revolução

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL ... Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» ... Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670
DELEGAÇÃO DO NORTE
Rua Álvaro Cabral, 110, PORTO

LIVRARIAS REVOLUÇÃO

CABO RUIVO

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 127-A, Huelva ... das 12 às 14 horas e das 16.30 às 24 horas.

ODIVELAS

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D, Huelva ... das 12 às 20 horas.

ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO ... Rua Álvaro Cabral, 110
Tel. 315758/315786

VIANA DO CASTELO ... Rua de
Alzira, 102 Tel. 24320

MATOSINHOS ... Rua Conde de S. Salvador, 374
Telefone: 531925

BARCELOS ... Av. Liberdade 60 ric
Tel. 830099

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA ... Rua Eça de Queirós,
n.º 33

COVILHÃ ... Rua Visconde da
Coricada, n.º 60 ... Tel. 25542

MARINHA GRANDE ... Rua Mar-
ques de Pombal, n.º 65

CASTELO BRANCO ... Rua de
Santa Maria, 10

ARGEA ... Tel. 92169

S. JOÃO DA MADEIRA ... Rua
Jaime Afonso, n.º 142
Telefone: 24149

ORG. REGIONAL DE LISBOA

LISBOA ... Av. da República, n.º 40

SACAVÉM ... Largo 5 de Outubro,
n.º 16-17 Tel. 2512807

ALGÉS ... Rua Victor Duarte
Pedroso, 8, 15 ... Algés de Cima
Tel. 2190237

AMADORA ... Rua Gonçalves
Ramos, n.º 40 Tel. 939525

PAREDE ... Rua Gomes Freixo de
Andrade, 1 Tel. 2474142

CACEM
Rua de Paço de Arcos, Lote 16

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETÚBAL ... Rua Jorge de Sousa

COVA DA PIEDADE ... Estrada
Nacional, n.º 10 Tel. 2763267/
2763387/2763122

BARREIRO ... Rua dr. Eusébio
Leão, n.º 31 Tel. 2076745

OUVINA DA LOMBA
Rua de Gax, 21-A

LAVRADIO ... Rua dr. José Can-
cino Lobo, n.º 12

SINES ... Rua Marques de Pombal,
n.º 86 ... Tel. 62880

TORRÁ ... Rua ... Seca

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

ÉVORA ... Largo do Chão das
Covas, n.º 21 Tel. 24898

BEJA ... Rua Alexandre Hercolano,
n.º 29 Tel. 24694

ALJUSTREL ... R. da Liberdade,
n.º 13, Aljustrel

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO ... R. Retor Teófilo Mendes,
35 - Tel. 36 13

OLHÃO ... Rua 18 de Junho,
n.º 64-B-C

LOULÉ ... Av. José da Costa Mes-
sa, n.º 39-1.º Tel. 63043

FERRAGUDO ... Rua 1.º de Maio
E. C. LAMAR ... E. J. Pedro
Galego

PORTIMÃO ... Rua 5 de Outubro, 17

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA ... Av. 5 de Outubro Tel. 770017

Revolução

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

Semestral 90\$00 Anual 180\$00 PAGAMENTO

Estrangeiro Em cheque
Semestral 300\$00 Anual 600\$00 Em vale

Revolução

GOVERNO P.S.

Um governo de passagem

No passado dia 23 tomou posse o novo Governo.

Depois de vários contactos e depois de desde as eleições de Abril o PS preparar o Governo, só agora, quase um mês depois das eleições presidenciais apareceu o famoso governo da «Operacionalidade», o discurso de Mário Soares não engana ninguém, nem concerteza tinha essa intenção. Tudo o que é luta de classes, tudo o que é exploração capitalista, tudo o que é antagonismo de classes é apagado, como se assim o apagassem da realidade concreta.

A POLÍTICA DO GOVERNO PS

Vejamos alguns pontos do discurso de Mário Soares na tomada de posse do seu governo.

«Sem a euforia de Maio de 1974 — mas também sem a ingenuidade e a descuidada ingenuidade desses dias memoráveis — os portugueses sabem agora distinguir a utopia pura, socialmente tão perigosa daquilo que é possível e mais sensato realizar sabem que a demagogia não compensa e, sobretudo estão cansados dos golpismos que conduziram o País à beira da Guerra civil do extremismo gerador de violência e de intolerância e da agitação inconsequente e irresponsável soprada por reivindicações irrealistas. Acima de tudo o País quer viver e trabalhar em segurança e em paz. Sabe que só o trabalho nos pode salvar. O que pressupõe disciplina, respeito pelos outros, competência profissional e observância da necessária hierarquia das competências.»

«O governo a que tenho a honra de presidir considera que as grandes conquistas da Revolução são irreversíveis. Não voltaremos atrás na política de nacionalizações mas não propomos à Assembleia da República, nacionalizações novas nos sectores entregues até agora à iniciativa privada. E esta uma garantia formal de que os investidores privados poderão estar seguros. Aliás as regras do jogo em matéria de limitação de sector público e privado serão clarificadas e bem definidas. A banca nacionalizada não fará mais crédito selectivo de acordo com critérios ideológicos como no passado aconteceu. A Reforma Agrária prosseguirá, corrigidos os abusos e ilegalidades a que deu lugar.»

«Teremos igualmente de acelerar a reordenação do sector público, conferindo-lhe dinamismo, eficácia e rentabilidade. Os gestores públicos terão que recrutar-se segundo critérios de competência e de eficácia e o Estado não poderá, com o dinheiro de todos, continuar a financiar indefinidamente empresas e unidades de produção tecnicamente falidas.»

É a recuperação capitalista que este governo vai tentar impor.

É na banca rota que os capitalistas lançam a economia, é no desemprego e na miséria que este governo para servir os capitalistas (estes que lançaram a economia na grave crise em que se encontra, estes que sempre têm estado à frente da economia, do Estado) quer lançar os trabalhadores.

QUE HIPÓTESES

TEM O GOVERNO PS?

Mas que hipóteses tem o governo PS de estabilizar a situação, de reprimir as lutas dos trabalhadores, de levar a bom termo a recuperação capitalista?

Devido à situação de grave crise, a solução dos problemas em sistema capitalista, passa necessariamente pelo agravamento brutal das condições de vida dos trabalhadores. E, os trabalhadores estão dispostos a sacrificar-se; ou se dá porque o fascismo mais

brutal se instala e por intermédio da repressão e da destruição de todas as formas de organização e luta dos trabalhadores consegue impor a miséria, a fome, o desemprego.

Pela primeira hipótese, não vai a burguesia conseguir fazer a reconversão dos seus aparelhos de dominação da sua sociedade. Para os trabalhadores é perfeitamente claro que todos os sacrifícios que viessem a fazer em prol da sociedade capitalista lhes viriam a custar muitos anos de exploração e opressão.

É pois pela repressão mais feroz, pelo fascismo que a burguesia vai tentar impor a reconstrução do seu Estado, da sua economia.

E que hipóteses tem o Governo PS de o fazer? Sem se esfrangalhar?

As contradições no seio do PS, as suas divisões internas, que margem de acção lhe deixam?

GOVERNO DE PASSAGEM

Se o PS entra directamente na repressão e na condução de medidas de restrição económica, os sectores que o têm apoiado, fundamentalmente a pequena burguesia) voltam-se contra ele e, como partido eleitoralista que é está derrotado. Se o PS não entra nessas medidas é o agravar da crise económica pois, como partido burguês, é incapaz de apresentar e levar à prática a única alternativa à sociedade capitalista — a Revolução Socialista, a Ditadura do Proletariado, é este, assim, o governo da utopia, o governo das ilusões sociais democratas, e não só (veja-se as posições

dos reformistas quer do PC, quer da UDP) de estabilização em democracia burguesa.

E, a seguir a este governo, que vai acontecer?

Com o agravamento da crise económica para a qual o PS não vai encontrar saídas duas alternativas se põem — o fascismo ou a Revolução Socialista.

O QUE É

QUE SE LHE VAI SEGUIR

Para a classe operária e os trabalhadores põe-se, assim, o problema da preparação para o confronto.

Ao agravar da crise económica e à tentativa de reconstrução dos aparelhos burgueses de repressão (não é por acaso que Firmino Miguel ficou com a pasta da economia) a classe operária e os trabalhadores terão que responder com a sua unidade organização e luta.

A este «Governo de passagem» que vai seguir-se?

Os fascistas pela boca de Freitas do Amaral são bem claros (mesmo bastante mais do que certas organizações que se dizem muito revolucionárias, mas que são incapazes de fazer uma análise das contradições da sociedade portuguesa e de perceber que as contradições não se resolvem pelos bons sentimentos ou vontade de quem quer que seja). Em entrevista ao «O Jornal» de 23/7/76, Freitas do Amaral afirma: «Por outro lado a oposição tem uma outra função, para além desta, a de constituir uma alternativa». A alternativa fascista há que construir a única alternativa que pode servir os trabalhadores e que não passa mais pela conciliação com a burguesia, pelas soluções de meio termo, a Revolução Socialista, a Construção do Poder democrático dos trabalhadores — A Ditadura do Proletariado.

O discurso de Melo Antunes

No seu discurso de despedida, Melo Antunes disse coisas que já sabemos mas que na sua boca adquirem um significado mais curioso: A denúncia dos que querem pôr o 25 de Abril no banco dos réus feita por um dos que os promoveram a juizes.

E espera-se que o «supremo juiz da História» lhe dê um lugar diferente do que esses juizes lhe estão a dar.

Diz também que «podemos desprezar a mediocridade dos fantoches de momento que tão depressa passaram da prudência dos bastidores ao arrojado da ribalta», embora não diga nada sobre aqueles que manuseiam os referidos fantoches.

Insiste no recado das «rupturas bruscas», como se isso dependesse das vontades e não surgisse como saída apontada pelas contradições que se vivem. Quando foi posto perante a evidência de uma ruptura fugiu da revolução socialista e atirou-se como um pequeno burguês medroso para os braços dos que agora o atiram para o lixo como um resíduo de esquerda que está a mais no actual poder.

Agora, reconhecendo que «todas as formas alienadas das relações entre os homens decorrem de a riqueza e o poder de decisão social serem concentrados numa camada «minoritária», não reconhece contudo que ele

é um dos culpados disso ainda se arrim neste País.

Na sua concepção de construção do socialismo defende que este deve estar aberto às «formas de vida democrática que a iniciativa criadora dos povos põem em marcha». Mas que melhores formas dessa vida democrática e de criatividade poderão existir do que as várias expressões de organização autónoma das massas trabalhadoras actual alvo principal da repressão que o sr. major ajudou a ressuscitar? Como é que se pode denunciar a «massificação das consciências» sem ver como isso se concretiza monstruosamente em documentos oficiais como o «Relatório do 25 de Novembro»?

O major que alinhou com os opressores e exploradores dos trabalhadores portugueses, por pensar assim meter tréguas na luta de classes deste País apela hoje à «luta sem tréguas contra todas as formas de opressão e exploração».

Ontem louvado por todos os reacçãoários que se escondiam atrás, agora abandonado por esses mesmos reacçãoários que lhe passaram à frente o seu discurso deixa uma dúvida: Simplesmente cansado ou finalmente lúcido?

NOTAS BREVES

O GOVERNO PS PARA O IMPERIALISMO

Para o jornal americano «New York Times» o PS devia ter feito um governo de coligação, pelo menos com o PPD e, acrescenta: «O dr. Mário Soares tem persistido, em vez disso, com a formação de um governo socialista minoritário, que inclui três independentes três oficiais das Forças Armadas num gabinete de 17 membros. A certa altura, as realidades medonhas da situação económica de Portugal e dos riscos que ela comporta para a democracia política poderão persuadir o dr. Soares a reconsiderar quanto à hipótese de uma coligação.»

Para o imperialismo também é claro que este governo não se aguenta, que face à situação de crise económica a burguesia vai tentar construir a sua alternativa.

Também para o imperialismo este governo não é alternativa, é um governo de passagem, pois não é com promessas, não é com boas vontades que as contradições se resolvem.

A BASE SOCIAL DO FASCISMO

Para o fascista Freitas do Amaral, o seu partido, o CDS tem de se tornar num grande «partido de massas», tem que se tornar «o maior partido português» tem que «ampliar a nossa implantação nos meios urbanos e industriais: o CDS tem de reforçar as suas bases operárias.»

Sabem os fascistas que o governo PS não vai solucionar a crise económica, antes pelo contrário, vai-se agravar, e que os revolucionários canalizam essas massas trabalhadoras e, também, largos sectores da pequena burguesia ou, como o pretende o CDS, serão os fascistas que captarão estas massas para a sua alternativa — o fascismo.

O alargamento das «bases operárias» do CDS é, de facto, a tentativa da burguesia de captar para a contra-revolução, para o fascismo, largas massas trabalhadoras (que até agora têm estado sobre a influência do PS e, sobretudo, da pequena burguesia que, com o agudizar da crise económica serão para a contra-revolução se os revolucionários não conseguirem criar uma alternativa revolucionária que os enquadre.

O EMBAIXADOR AMERICANO E OS ESPÍOES DA CIA

Entrevistado pelo «Jornal da Madeira» o embaixador americano Frank Carlucci declarou: «Eu não tenho conhecimento da existência de espíões da CIA em Portugal, nem algum pretendido golpe de Estado. Acho que Portugal está a viver uma hora de tranquilidade e nós estamos a colaborar com o seu governo democrático.»

Qual? O do exílio? Ou será que o estado-maior da contra-revolução se chama «governo democrático»?

Este embaixador ou é muito «esquecido» ou então não lhe dizem nada. Com que então não tem conhecimento da existência de espíões da CIA?

É tão verde esta afirmação, como outra que fez: «A política dos Estados Unidos desde o 24 de Abril é uma política de apoio ao processo democrático português». Viu-se!!!

A BRIGADA DA NATO EM PORTUGAL

É em Santa Margarida que ficará estacionada a Brigada da Nato que compreenderá tanques, infantaria blindada e artilharia.

Na passada semana foi a vez do embaixador americano visitar Santa Margarida e «brincar» com os tanques, desta vez é o conhecimento de que técnicos militares alemães e americanos estarem a dar instruções: estarem com oficiais portugueses a «tratar das estruturação da brigada mista independente da Nato» — segundo um porta-voz do EME informou o reacçãoário «Jornal Novo» Independência nacional à Enanes e à Governo PS!!!

É a submissão total ao imperialismo! São os técnicos militares do imperialismo a prepararem os aparelhos de repressão com que se puderem virão a esmagar os trabalhadores e as suas conquistas.

e a actualidade nacional

Eanes cumpre — Spinola volta

A máquina começou a movimentar-se no sentido de preparar o País, para o regresso de Spínola. É assim, que surgem as declarações de Soares que pensa que ele deve voltar para não continuar a fazer contestação dentro do País. Também os jornais burgueses todos os dias nos lembram a figura do homem do monóculo — ou por que marcou lugar num hotel..., ou porque fez declarações, ou porque isto, ou porque aquilo.

Mas, que o poder está comprometido com esse regresso, que até o quer, não o dizem eles.

Com Eanes na presidência, Soares em Primeiro-Ministro, estão criadas as condições para a burguesia montar a máquina de repressão, para o regresso ao fascismo.

Para já vem aí Spínola.

Os trabalhadores, no entanto, não esqueceram o que foi o 11 de Março. Nessa data, Spínola tentou a sua gولpaça, com a ajuda de alguns oficiais reacçãoários conseguiu manipular os «páras», e matou.

No entanto o poder poderá conseguir absolver Spínola, já conseguiu colocar em diversos postos os oficiais implicados no 11 de Março, depois de absolver Spínola também lhe arranjou um «tacho-zinho», mas a morte do soldado Luís não poderá fazê-la esquecer aos trabalhadores, estes não aceitarão a esponja que Soares quer passar pelo 11 de Março e pelo 25 de Novembro. E não aceitarão, porque há que julgar quem em Março quis implantar em Portugal um regime de opressão. Há que julgar quem em Novembro prendeu os militares revolucionários, acusando-os de golpistas, sendo afinal o golpe de direita, dos reacçãoários.

Compete agora aos trabalhadores não consentirem que Spínola saia impune do golpe do 11 de Março, não consentirem na compensação que o poder quer fazer com o 25 de Novembro.

Spínola virá, e será para dar uma «ajudinha» na repressão aos trabalhadores, aos soldados. Será para dar



O regresso de Spínola coincide com o restabelecimento de uma «hierarquia e disciplina» ao serviço do poder da burguesia.

uma «ajudinha» aos militaristas que, Jerem impor no nosso país o regresso ao fascismo. E Spínola, ambicioso como é, de poder, será Pinochet.

Spínola já mostrou bem em 11 de Março quais são as suas intenções, e o que pretende. Se os trabalhadores

nao estiverem preparados para o confronto serão esmagados, tal como foram no Chile.

A alternativa que se põe aos trabalhadores é unirem-se e organizarem-se cada vez mais. Para o esmagamento total dos fascistas. Para a tomada do poder.

GDUP DA FIRMA ERNESTO CRUZ—COVILHÃ

Pela democracia operária

O GDUP da firma Ernesto Cruz e Ca. da Covilhã divulgou no passado dia 22/7/76 um comunicado onde, após uma análise à situação que se vive afirma: «É por tudo isto, que, hoje, mais do que nunca, um trabalhador antifascista e anticapitalista independentemente da sua filiação partidária deve pensar na necessidade absoluta de reforçar a unidade popular, a unidade de todos os trabalhadores: através da organização dos Grupos Dinamizadores de Unidade Popular (GDUP's).

«E para além da organização no GDUP da nossa empresa, já constituído, também e face aos nossos problemas e interesses de classe, devemos organizar-mo-nos num órgão popular de base, numa comissão de trabalhadores, que efectivamente seja a nossa comissão de trabalhadores».

Todos nós sabemos o perigo eminente, pelas condições económicas, políticas e militares, da efectivação em Portugal de um golpe fascista como o do Chile ou pior.

Os trabalhadores são oprimidos pela GNR e PSP quer em manifestações, quer em ocupações de casas vazias há anos, que os senhorios não querendo arrendar, que foram ocupadas por famílias pobres.

Os pldes andam à solta.

As Forças Armadas tornam-se ca-

da vez mais, no suporte armado para que a burguesia possa exercer o seu poder e repressão sobre os trabalhadores.

O regresso de Spínola, Rapazote e outros monopolistas sabotadores da economia portuguesa, está para breve. Anuncia-se a indemnização aos grandes banqueiros e latifundiários.

Ameaça de despedimentos em massa, como na têxtil Valfar, na Priess, na Mondorel, na Algot, na Grundiq, etc., etc.

E enquanto tudo isto acontece, nós trabalhadores, somos obrigados a comer uma alimentação cada vez mais cara, porque o custo de vida sobe assustadoramente.

Somos quase obrigados a desforrar a hora e meia de paralisação por falta de energia, enquanto que o Governo sabendo há tempos atrás o que ia acontecer, nunca nos consultaram.

Contratos Colectivos de Trabalho que não são cumpridos. Patrões recusam-se a negociar CCT, etc.

Mas uma pergunta teremos que fazer: seremos sempre nós os mais explorados a pagar a crise que os outros provocam?

A burguesia irá tentar tudo por tudo para afundar ainda mais a economia no sentido de se justificarem após o seu golpe fascista, como salvadores de tudo isto. Só assim a burguesia conseguirá fazer a recuperação daquilo que já perdeu, com as conquistas dos trabalhadores.

E por tudo isto, que, hoje, mais do que nunca, um trabalhador antifascista e anticapitalista, independentemente da sua filiação partidária deve pensar na necessidade absoluta de reforçar a unidade popular, a unidade de todos os trabalhadores: através da organização nos Grupos Dinamizadores de Unidade Popular (GDUP's).

E para além da organização no GDUP da nossa empresa, já constituído, também e face aos nossos problemas e interesses de classe, devemos organizar-nos num órgão popular de base, numa comissão de trabalhadores, que efectivamente seja a nossa comissão de trabalhadores. Onde posamos participar activamente na resolução dos nossos problemas e contando com as nossas próprias forças. E porque os problemas são de todos nós, também a Comissão de Trabalhadores deve ser eleita por todos nós. E além disto, a Comissão de Trabalhadores tem por obrigação, esclarecer

os trabalhadores, sobre todos os problemas que a empresa tem, no sentido de a todo o momento todos os trabalhadores saibam discutir e decidir. Os estatutos, por nós aprovados, desde início que não estão a ser postos em prática, porque o art.º 1.º dos mesmos estatutos diz: «A Comissão de Trabalhadores será eleita em plenário por meio de voto secreto».

Camarada trabalhador (a), porque os trabalhadores que dizem ser da Comissão, não fazem um plenário para a eleição da Comissão de Trabalhadores?

Camarada trabalhador, na hora e meia de paralisação se não tiveres que fazer, junta-te a outros e discute o conteúdo desta folha.

Verifica se a Comissão de Trabalhadores foi eleita democraticamente.

Estando-se a aproximar o dia da nossa decisão quanto ao futuro da empresa, qual o esclarecimento que os trabalhadores têm, para quando chegar o dia da nossa decisão, nós saber-mos decidir?

Enfim, a intervenção do Estado na empresa, e a saída que nós temos quando terminar a intervenção do Estado.

Discute o controlo operário e vê se está a ser realizado ou não.

Discute se a presença de delegados sindicais é suficientemente activa, de modo a servir os nossos interesses (casos: 3.º feira de Carnaval, 2.ª feira de festa, cortes de energia, novo Contrato Colectivo de Trabalho, etc.).

Discute a crise económica e falência no sector dos lanifícios.

Discute as causas do aumento do custo de vida e suas consequências.

Enfim camaradas, dialogais o mais possível sobre todos estes problemas que são os nossos, os da classe trabalhadora.

Adere e organiza-te no Grupo Dinamizador de Unidade Popular (GDUP) da firma Ernesto Cruz.

CONTRA O FASCISMO
CONTRA O CAPITALISMO
PELA DEMOCRACIA OPERÁRIA
PELA UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES
Grupo dinamizador de unidade popular da firma
Ernesto Cruz e Ca. — Covilhã

Não recuamos!

MOÇÃO

Os activistas dos Grupos Dinamizadores de Unidade Popular, (GDUP's), do concelho de Cascais, reunidos em plenário no dia 25 de Julho de 1976, decidiram:

1 — Manifestar a sua mais viva repulsa pela situação em que se encontra o camarada Otelu, privado do contacto com o povo trabalhador, que agora, tal como já tinha acontecido durante a campanha eleitoral, constantemente exige a sua presença.

2 — Exigir que ao camarada Otelu, e a «todos os outros militares progressistas» que se encontram em idêntica situação, seja imediatamente concedida a liberdade completa, «total e incondicional».

— NÃO RECUAMOS!

— CONSQUITAREMOS A LIBERDADE COMPLETA PARA OTELO E PARA TODOS OS MILITARES PROGRESSISTAS

Plenário dos GDUP's do concelho de Cascais, 25 de Julho 1976

dos trabalhadores

Plenário de responsáveis do PRP

O plenário de responsáveis do P. R. P., reunido a 24 e 25 de Julho, fazendo o balanço da campanha eleitoral e da situação política actual considerou que:

1. Há um agravamento da crise económica que se vai aprofundar durante o governo PS.

2. Este Governo vai ser um governo de endividamento ao Imperialismo, por via dos empréstimos que servirão para aquisição de bens de consumo e não para investimento, sendo objectivo do Imperialismo antes de tudo a continuação da dominação política sobre Portugal. Simultaneamente este governo vai ter de recorrer a medidas repressivas sobre os trabalhadores, para que estes suportem um aumento da exploração o que vai opor às bases trabalhadoras do próprio PS.

As consequências da crise económica recairão não só sobre os trabalhadores como sobre uma parte da própria pequena burguesia que vai ser obrigada a escolher aliados.

3. Que à inevitável falência do Governo PS se seguirá uma crise mais ou menos violenta a seguir à qual a burguesia necessitará de impôr um governo mais à direita. Mas que mais tarde ou mais cedo, a burguesia necessitará de exercer um golpe de força sobre o proletariado em geral e os revolucionários de modo a estabelecer um regime inconstitucional policial, de excepção enfim um regime fascista.

4. Que esse regime triunfará ou não de acordo com a força dos trabalhadores em geral e dos revolucionários, dependendo da capacidade de organização destes o serem capazes ou não de sair vitoriosos do confronto.

5. Que para os trabalhadores e os revolucionários se preparem para o inevitável confronto com a burguesia é necessário que se organizem num Movimento de Unidade, de que os GDUPs são uma das componnetes, considera este partido que esta é neste momento a única alternativa orgânica revolucionária unitária viável.

6. Que o Movimento de Unidade, além de preparar sob todos os aspectos, para se confrontar com a burguesia, deve desde já centrar as suas tarefas à volta dos problemas concretos das populações trabalhadoras, organizando milhares e milhares de militantes à volta destes mesmos problemas. E desde já considera a PRP como uma das tarefas do Movimento de Unidade o concorrer como tal às eleições para as autarquias locais, na base de um programa revolucionário e do estudo concreto dos problemas locais.

O Secretariado do Plenário

OLIVEIRA E FERREIRINHA — MATOSINHOS

Os capitalistas sabotam a produção e querem que os trabalhadores paguem

Na Oliveira e Ferreirinha lda., em Matosinhos, cerca de 1200 operários encontram-se em luta pelo pagamento dos subsídios de férias, 13.º mês e retroactivos.

O «Revolução» entrevistou três camaradas da Comissão de Trabalhadores sobre a luta que vêm desenvolvendo. Duas empresas expressaram já a sua solidariedade para com esta luta (a fábrica de produtos Estrela e a Alumínia), enquanto a Televisão, por três vezes contactada, se recusou a lá ir. A Imprensa burguesa, como não podia deixar de ser, sabota a informação sobre as lutas dos trabalhadores para as tentar manter isoladas.

Como nos afirma um camarada trabalhador ao longo desta entrevista a solidariedade entre os trabalhadores em luta é fundamental, pois a sua luta é a mesma.

REV — Quando começou a luta dos operários da Oliveira e Ferreirinha?

OP — Entramos na altura das férias. A Administração da empresa diz que não tem dinheiro para pagar subsídios de férias. O maior accionista é o BPA. A Comissão de Trabalhadores dirigiu-se ao banco para falar com a Comissão de gestão do BPA, apresentamo-nos e dissemos quais as nossas intenções. Após a telefonista ter entretanto em contacto com um elemento da Comissão de Gestão, disse-nos que ela não nos recebia. Nós insistimos mas os nossos esforços foram logrados. Voltamos à fábrica e em plenário com todos os trabalhadores ficou decidido por unanimidade aplicarmos uma forma de luta, no nosso caso a paralização total da fábrica para pressionar a administração da fábrica e o BPA a resolverem o problema dos trabalhadores pois que eles não têm dificuldades em o fazer.

REV — Os operários da fábrica ao desencadearem esta luta sabem se a administração ou o BPA podem investir o dinheiro necessário para o pagamento dos subsídios de férias?

OP — Sim, os operários estão conscientes e sabem que o BPA como maior accionista da fábrica pode suportar o pagamento do subsídio de

férias e dos restantes meses.

REV — Quais são os motivos porque o BPA se nega a investir dinheiro na firma sendo ele o maior accionista?

OP — O BPA diz que deve dar o dinheiro se a firma recuperar até lá. Isto é, os operários vão de férias e só depois em Novembro receberão o dinheiro em atraso, isto se a produção da fábrica for normal, pois que 30 por cento do que os operários produzem diariamente vai para a sucata.

REV — Porque é que é esse desaproveitamento a 30 por cento?

OP — A nossa fábrica é de fabrico em série e, como as máquinas se encontram em mau estado, as peças correm o risco de se estragarem. Devo acrescentar que o encarregado só vai verificar o estado de uma peça quando um operário já tem centenas feitas e, se a primeira que ele vir estiver estragada, as restantes não são aproveitadas pois também estão estragadas.

Portanto, se neste momento a fábrica não produz a 100 por cento, não é por culpa dos operários, mas sim, pelo estado em que se encontram as máquinas e, também, pela demora dos encarregados por só verificarem as peças depois de centenas já estarem feitas.

Comunicado da Comissão Nacional de Unidade Popu

AO POVO TRABALHADOR PORTUGUÊS:

Portugal tem uma Constituição, um Presidente da República, um Governo. Até agora os partidos da burguesia que pediam o voto aos trabalhadores têm feito promessas e mais promessas. É a hora de os trabalhadores verem se as promessas estão a ser cumpridas, se vão ser cumpridas. O VI Governo Provisório antes de acabar tomou medidas para diminuir o nível de vida do Povo. O VI Governo extinguiu-se a fazer decretos que violam a Constituição.

Os trabalhadores têm o direito de exigir que o novo governo de Mário Soares governe a favor do Povo e não contra o Povo. Os trabalhadores têm o direito de exigir que o novo governo tome medidas contra a alta do custo de vida, contra os despedimentos, a favor

da Reforma Agrária e do Controlo Operário.

O Povo trabalhador está atento, o Povo trabalhador não desarma, o Povo trabalhador não recua.

O Povo trabalhador que apoiou a candidatura de Otelo à Presidência, unindo-se e organizando-se em Grupos Dinamizadores de Unidade Popular está disposto a bater-se contra a ameaça do fascismo, a bater-se pelo socialismo, a bater-se para que sejam os capitalistas a pagar a crise que eles próprios provocaram.

No momento presente os GDUPs devem orientar a sua luta no sentido de levar à prática estas palavras de ordem:

**NÃO RECUAMOS!
CONQUISTEMOS
A LIBERDADE
COMPLETA
PARA OTELO E TODOS
OS MILITARES
PROGRESSISTAS!**

EM FRENTE COM O CONGRESSO DOS GDUPs!

Os capitalistas estão a preparar uma vaga de despedimentos. Os patrões querem mais desempregados para fazerem crescer os lucros, aumentando os preços e baixando os salários nos escritórios, nas fábricas e nos campos. Fazem cortes de energia que tiram trabalho nas fábricas e gastam energia em festivais aéreos. Aprovam leis que permitem cortar para metade os dias de trabalho, baixar os salários, aumentar os despedimentos em massa, mas os trabalhadores não aceitam leis que só vêm agravar a crise.

**NÃO RECUAMOS!
NÃO AO DESEMPREGO E AOS DESPEDIMENTOS!**

Os capitalistas aprovaram um decreto para acabarem com o controlo

que os trabalhadores praticam em centenas de empresas, que pretende ainda impedir a organização dos trabalhadores nas empresas estrangeiras e na maioria das empresas portuguesas. Esse decreto do «controlo de gestão» quer fazer das Comissões de Trabalhadores órgãos de simples fiscalização. Quer impedir as CTs de defenderem o emprego e os salários dos trabalhadores. O decreto do «controlo de gestão» é mais um ataque às organizações populares de base. Mas as Comissões de Trabalhadores são órgãos de luta.

**NÃO RECUAMOS!
EM FRENTE COM O CONTROLO OPERÁRIO!**

O governo aprovou o pagamento de indemnizações aos Melos, aos Champallimauds e aos latifundiários. E ao mesmo tempo lança uma campanha para a ocupação das casas ocupadas pe-

los trabalhadores que vivem em barracas. As forças da repressão estão a impor despejos. Mas as Comissões de Moradores e as Comissões de Ocupantes prosseguem a luta por uma habitação digna para todos.

**NÃO RECUAMOS!
NÃO AOS DESPEJOS!**

O governo prepara novos aumentos dos preços dos adubos e consente que os fascistas da CAP boicotem a lei do arrendamento rural. O governo acelera as desocupações de herdades no Alentejo para tentar destruir a Reforma Agrária. Mas os trabalhadores do campo e da cidade, do Norte ao Sul, não consentirão no regresso dos latifundiários.

**NÃO RECUAMOS!
EM FRENTE COM A REFORMA AGRÁRIA!
SIM À LEI DO ARRENDAMENTO RURAL!**

NÃO ÀS DESOCUPAÇÕES DE TERRAS!

Os latifundiários tentam reconquistar o terreno perdido e os fascistas regressam. A direita avança para por as Forças Armadas, a GNR e a PSP ao serviço dos patrões, como ainda há pouco tempo aconteceu na luta das conservas do Norte. Consente no regresso de fascistas e golpistas como Spínola, mas não deixa Otelo falar, ao Povo, nem permite aos militares progressistas ocuparem os postos a que têm direito. Absolve os golpistas do 11 de Março e publica relatórios falsos e caluniosos sobre o 25 de Novembro, relatórios em que esconde o golpe de direita e inventa um golpe do COPCON. Mas os trabalhadores e os militares progressistas não consentirão que a reorganização das Forças Armadas se faça nas costas do Povo

OLIVEIRA E FERREIRINHA — MATOSINHOS

Os capitalistas sabotam a produção e querem que os trabalhadores paguem

Na Oliveira e Ferreirinha Ida., em Matosinhos, cerca de 1200 operários encontram-se em luta pelo pagamento dos subsídios de férias, 13.º mês e retroactivos.

O «Revolução» entrevistou três camaradas da Comissão de Trabalhadores sobre a luta que vêm desenvolvendo. Duas empresas expressaram já a sua solidariedade para com esta luta (a fábrica de produtos Estrela e a Alumina), enquanto a Televisão, por três vezes contactada, se recusou a lá ir. A imprensa burguesa, como não podia deixar de ser, sabotou a informação sobre as lutas dos trabalhadores para as tentar manter isoladas.

Como nos afirma um camarada trabalhador ao longo desta entrevista a solidariedade entre os trabalhadores em luta é fundamental, pois a sua luta é a mesma.

REV — Quando começou a luta dos operários da Oliveira e Ferreirinha?

OP — Entramos na altura das férias. A Administração da empresa diz que não tem dinheiro para pagar subsídios de férias. O maior accionista é o BPA. A Comissão de Trabalhadores dirigiu-se ao banco para falar com a Comissão de gestão do BPA, apresentamo-nos e dissemos quais as nossas intenções. Após a telefonista ter entretanto em contacto com um elemento da Comissão de Gestão, disse-nos que ela não nos recebia. Nós insistimos mas os nossos esforços foram logo. Voltamos à fábrica e em plenário com todos os trabalhadores ficou decidido por unanimidade aplicarmos uma forma de luta, no nosso caso a paralização total da fábrica para pressionar a administração da fábrica e o BPA a resolverem o problema dos trabalhadores pois que eles não têm dificuldades em o fazer.

REV — Os operários da fábrica ao desencadearem esta luta sabem se a administração ou o BPA podem investir o dinheiro necessário para o pagamento dos subsídios de férias?

OP — Sim, os operários estão conscientes e sabem que o BPA como maior accionista da fábrica pode suportar o pagamento do subsídio de

férias e dos restantes meses.

REV — Quais são os motivos porque o BPA se nega a investir dinheiro na firma sendo ele o maior accionista?

OP — O BPA diz que deve dar o dinheiro se a firma recuperar até lá. Isto é, os operários vão de férias e só depois em Novembro receberão o dinheiro em atraso, isto se a produção da fábrica for normal, pois que 30 por cento do que os operários produzem diariamente vai para a sucata.

REV — Porque é que esse desaproveitamento a 30 por cento?

OP — A nossa fábrica é de fabrico em série e, como as máquinas se encontram em mau estado, as peças correm o risco de se estragarem. Devo acrescentar que o encarregado só vai verificar o estado de uma peça quando um operário já tem centenas feitas e, se a primeira que ele vir estiver estragada, as restantes não são aproveitadas pois também estão estragadas.

Portanto, se neste momento a fábrica não produz a 100 por cento, não é por culpa dos operários, mas sim, pelo estado em que se encontram as máquinas e, também, pela demora dos encarregados por só verificarem as peças depois de centenas já estarem feitas.

REV — O fabrico da fábrica destina-se ao consumo nacional?

OP — Cerca de 70 por cento da produção é destinada à exportação.

REV — Vocês já pensaram em pedir uma intervenção do Estado?

OP — Nós só em último recurso recorreremos a tais medidas, porque no fim do seu mandato o VI Governo aprova dois decretos antioperários, facilitando, assim, a recuperação capitalista no nosso país, e, também porque estamos cientes que o primeiro Governo definitivo não nos resolve o problema. Pelo contrário, além do tudo isto, cremos que a fábrica, sendo reestruturada, tem possibilidades de funcionar normalmente, pois os operários estão dispostos e querem ir trabalhar.

REV — Como é do conhecimento geral após o 25 de Abril os trabalhadores conquistaram regalias importantes. Entretanto, o golpe reaccionário de 25 de Novembro permitiu o avanço do capitalismo, tentando, assim, recuperar algumas das conquistas dos trabalhadores. Queríamos saber qual a vossa opinião sobre isto?

OP — Sem dúvida que durante o mandato do VI Governo e depois do 25 de Novembro houve uma recuperação capitalista que já pôs e continua a pôr em perigo a Revolução do 25 de Abril, e todas as conquistas, não só económicas mas, também sociais dos trabalhadores.

REV — Achas que com o primeiro Governo definitivo as condições de vida dos trabalhadores vão melhorar?

OP — Tal como VI Governo, penso que o primeiro Governo irá tentar facilitar, com a aprovação de decretos anti-operários e antihumanos a recuperação capitalista.

Comunicado da célula da Oliveira e Fe

Camaradas:

A luta que na nossa empresa se está a desenvolver não deve ser só pelo pagamento dos subsídios de férias, mas deve ser também contra a recusa do Imperialismo a que estamos a assistir desde a Revolução que está a ser exercida sobre todos os cidadãos do nosso país.

Senão vejamos os decretos-lei que foram aprovados para fora nos seus últimos dias de mandato revolucionários dos trabalhadores.

Por estes motivos se não nos organizarmos em Comissões de Trabalhadores e delegados sindicais não ser feitas pela administração da empresa, a Gestão do BPA, estaremos condenados a derrotar as manobras que estão a ser feitas também pelos meios, nomeadamente o PCP (ml) que defecam e capitalistas que nos exploraram durante a Revolução a explorar.

A célula do PRP alerta todos os trabalhadores para que não se deixem adormecer pelas lindas palavras que nos são dadas e apela para a continuação da nossa luta a justas reivindicações.

FORA COM A CANALHA QUE EXPLORA QUEM TRABALHA CONTRA A RECUPERAÇÃO E REPRESSÃO CAPITALISTA PELO CONTROLO OPERÁRIO! PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

(Célula do P.R.P. da Oliveira e Ferreirinha)

Aproveito para fazer um apelo para que todos os trabalhadores explorados deste país se unam, combatam e repudiem todas as tentativas dos capitalistas de continuarem a sua exploração, pois só assim criaremos um Portugal onde não existam nem explorados, nem exploradores.

REV — Estando a economia portuguesa numa situação crítica, em que neste momento se deve ao estrangeiro cerca de 80 milhões de contos, quase 50 por cento das reservas de ouro já saíram do país. Queremos saber qual a vossa opinião a classe operária lucrou com todo este movimento do

Nacional de Unidade Popular

que os trabalhadores praticam em centenas de empresas, que pretende ainda impedir a organização dos trabalhadores nas empresas estrangeiras e na maioria das empresas portuguesas. Esse decreto do «controle de gestão» quer fazer das Comissões de Trabalhadores órgãos de simples fiscalização. Quer impedir as CTs de defenderem o emprego e os salários dos trabalhadores. O decreto do «controle de gestão» é mais um ataque às organizações populares de base. Mas as Comissões de Trabalhadores são órgãos de luta.

NÃO RECUAMOS! EM FRENTE COM O CONTROLO OPERÁRIO!

O governo aprovou o pagamento de indemnizações aos Melos, aos Champallimauds e aos latifundiários. E ao mesmo tempo lança uma campanha para a desocupação das casas ocupadas pe-

los trabalhadores que vivem em barracas. As forças da repressão estão a impor despejos. Mas as Comissões de Moradores e as Comissões de Ocupantes prosseguem a luta por uma habitação digna para todos.

NÃO RECUAMOS! NÃO AOS DESPEJOS!

O governo prepara novos aumentos dos preços dos adubos e consente que os fascistas da CAP boicotem a lei do arrendamento rural. O governo acelera as desocupações de herdades no Alentejo para tentar destruir a Reforma Agrária. Mas os trabalhadores do campo e da cidade, do Norte ao Sul, não consentirão no regresso dos latifundiários.

NÃO RECUAMOS! EM FRENTE COM A REFORMA AGRÁRIA! SIM À LEI DO ARRENDAMENTO RURAL!

NÃO ÀS DESOCUPAÇÕES DE TERRAS!

Os latifundiários tentam reconquistar o terreno perdido e os fascistas regressam. A direita avança para por as Forças Armadas, a GNR e a PSP ao serviço dos patrões, como ainda há pouco tempo aconteceu na luta das conservas do Norte. Consente no regresso de fascistas e golpistas como Spínola, mas não deixa Otelo falar, ao Povo, nem permite aos militares progressistas ocuparem os postos a que têm direito. Absolve os golpistas do 11 de Março e publica relatórios falsos e caluniosos sobre o 25 de Novembro, relatórios em que escondem o golpe de direita e inventa um golpe do COPCON. Mas os trabalhadores e os militares progressistas não consentirão que a reorganização das Forças Armadas se faça nas costas do Povo

para colocar as Forças Armadas, a GNR e a PSP ao serviço da repressão sobre os trabalhadores.

CONQUISTEMOS A LIBERDADE COMPLETA PARA OTELO E TODOS OS MILITARES PROGRESSISTAS!

A direita avança em todas estas frentes, impondo-se uma resposta firme dos trabalhadores, unidos e organizados. A consolidação e o alargamento da unidade popular e a organização do Povo trabalhador exigem que preparemos o Congresso dos Grupos Dinamizadores de Unidade Popular. O Congresso vai realizar-se com base nas lutas dos trabalhadores nas aldeias, nos bairros, nas fábricas, nas herdades, nos escritórios, nas autarquias locais, nos sindicatos. É um Congresso de mobilização



para a luta de todo o Povo trabalhador.

EM FRENTE COM O CONGRESSO DOS GDUPs! POVO TRABALHADOR PORTUGUÊS:

A unidade é a nossa força. Em todos os locais de trabalho e de habitação temos de nos unir e organizar para resistir

e para avançar.

A LUTA CONTINUA! POVO TRABALHADOR UNIDO CONTRA O FASCISMO; POVO TRABALHADOR UNIDO PARA O SOCIALISMO!

Lisboa, 22 de Julho de 1976
Comissão Nacional Provisória de Unidade Popular

Comunicado da célula do P.R.P. da Oliveira e Ferreirinha

Camaradas:

A luta que na nossa empresa se está a desenvolver neste momento, não deve ser só pelo pagamento dos subsídios de férias, 13.º mês e retroactivos, mas deve ser também contra a recuperação do grande capital e do Imperialismo a que estamos a assistir desde o 25 de Novembro, contra a repressão que está a ser exercida sobre todos os trabalhadores e os revolucionários do nosso país.

Senão vejamos os decretos-lei que o VI Governo provisório lançou para fora nos seus últimos dias de mandato, e atentórios das conquistas revolucionárias dos trabalhadores.

Por estes motivos se não nos organizarmos em torno da nossa Comissão de Trabalhadores e delegados sindicais contra as manobras que estão a ser feitas pela administração da empresa, nomeadamente a Comissão de Gestão do BPA, estaremos condenados à derrota. E aqui temos que desmarcar as manobras que estão a ser feitas também por grupos pseudo-revolucionários, nomeadamente o PCP (ml) que defende os interesses dos fascistas e capitalistas que nos exploraram durante o fascismo, e nos querem continuar a explorar.

A célula do PRP alerta todos os trabalhadores para que não se deixem adormecer pelas lindas palavras que nos dizem, mas que nada resolvem, e apela para a continuação da nossa luta até à aceitação total das nossas justas reivindicações.

**FORA COM A CANALHA QUE EXPLORA QUEM TRABALHA!
CONTRA A RECUPERAÇÃO E REPRESSÃO CAPITALISTA!
PELO CONTROLO OPERÁRIO!
PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA!**

(Célula do P.R.P. da O.I.S. — Matosinhos — 27/7/76)

Aproveito para fazer um apelo para que todos os trabalhadores explorados deste país se unam, combatam e repudiem todas as tentativas dos capitalistas de continuarem a sua exploração, pois só assim criaremos um Portugal onde não existam nem explorados, nem exploradores.

REV — Estando a economia portuguesa numa situação crítica, em que neste momento se deve ao estrangeiro cerca de 80 milhões de contos, quase 50 por cento das reservas de ouro já saíram do país. Queremos saber se na sua opinião a classe operária lucrava com todo este movimento do

capital?

OP — De maneira alguma, os nossos lucros foram nulos. Infelizmente não posso dizer o mesmo dos capitalistas, pois o Estado com «compaixão» deles resolveu dar uma indemnização aos patrões das fábricas que hoje se encontram nacionalizadas.

Quanto a nós, trabalhadores, continuamos a receber um misero ordenado que chega e mal para comer e pagar o aluguer, pois é com grande dificuldade e à custa de grandes sacrifícios que conseguimos dar uma digna educação aos nossos filhos.

REV — Sendo assim, como pensa que a classe operária pode resistir a esta ofensiva capitalista?

OP — É indispensável a união dos trabalhadores independentemente da sua profissão, pois a nossa luta é a luta de todos e todos devemos lutar até conseguirmos os nossos objectivos.

REV — Focaste o problema da unidade dos trabalhadores devem lutar por essa unidade?

OP — Os trabalhadores devem unir-se através das suas CT's e delegados sindicais. Não quero deixar de dizer que se deviam fazer estruturas em algumas organizações sindicais, pois estas não correspondem, por vezes, às necessidades dos trabalhadores.

REV — Voltando à luta da O.I.S gostaríamos de saber, caso as vossas reivindicações não sejam satisfeitas, como irão continuar a vossa luta?

OP — Se isso acontecer a paralização continuará, pois esta é a vontade de todos os trabalhadores da fábrica.

REV — Além do Sindicato ainda ninguém mais vos apoiou?

OP — Já chegou até nós e com bastante agrado, uma moção de apoio da Fábrica de Produtos Estrela e da fábrica Alumínia.

Já contactámos três vezes com a televisão para que viesse até nós, para darmos conhecimento da nossa luta a todo o país, mas esta negou.

Para finalizar gostaria de pedir a todos os trabalhadores que se solidarizem com a nossa luta, dando-nos o seu apoio moral, pois a nossa luta é a luta de todos os explorados e oprimidos.

em

REV — O fabrico da fábrica destina-se ao consumo nacional?

OP — Cerca de 70 por cento da produção é destinada à exportação.

REV — Vocês já pensaram em pedir a intervenção do Estado?

OP — Nós só em último recurso recorremos a tais medidas, porque no seu mandato o VI Governo lançou dois decretos antioperários, ilitando, assim, a recuperação calista no nosso país, e, também que estamos cientes que o primeiro Governo definitivo não nos resolve o problema. Pelo contrário, além do isto, cremos que a fábrica, sendo estruturada, tem possibilidades de funcionar normalmente, pois os operários estão dispostos e querem ir trabalhar.

REV — Como é do conhecimento de vocês após o 25 de Abril os trabalhadores conquistaram regalias importantes? Entretanto, o golpe reaccionário de 25 de Novembro permitiu o avanço do capitalismo, tentando, assim, recuperar algumas das conquistas dos trabalhadores. Queríamos saber qual a sua opinião sobre isto?

OP — Sem dúvida que durante o mandato do VI Governo e depois do 25 de Novembro houve uma recuperação capitalista que já pôs e contém a pôr em perigo a Revolução de 25 de Abril, e todas as conquistas, só económicas mas, também sociais dos trabalhadores.

REV — Achas que com o primeiro Governo definitivo as condições de vida dos trabalhadores vão melhorar?

OP — Tal como VI Governo, penso que o primeiro Governo irá tentar facilitar, com a aprovação de decretos anti-operários e anti-humanos a recuperação capitalista.

colocar as Forças Armadas, a GNR e a PSP ao serviço da repressão sobre os trabalhadores.

JUSTIÇAMOS A ERDADE PLETA DO OTELO DOS MILITARES RESISTAS!

A frente avança em todas as frentes, impondo uma resposta firme dos trabalhadores, sindicatos e organizados. A unidade popular e o alargamento da unidade popular a organização do trabalhador exigem prepararmos o Conselho dos Grupos Dinamizadores de Unidade Popular. O Congresso Nacionalizar-se com base nos interesses das aldeias, nos bairros, nas fábricas, nas heranças, nos escritórios, nos atarquias locais, nos indicatos. É um Conselho de mobilização



para a luta de todo o Povo trabalhador.

EM FRENTE COM O CONGRESSO DOS GDUPS! POVO TRABALHADOR PORTUGUÊS:

A unidade é a nossa força. Em todos os locais de trabalho e de habitação temos de nos unir e organizar para resistir

e para avançar.

A LUTA CONTINUA! POVO TRABALHADOR UNIDO CONTRA O FASCISMO; POVO TRABALHADOR UNIDO PARA O SOCIALISMO!

Lisboa, 22 de Julho de 1976

Comissão Nacional Provisória de Unidade Popular

Luta dos Trabalhadores

CORTIÇOS PABLOS

Na empresa de cortiça Pablos 620 trabalhadores correm o risco de desemprego se não for dada rapidamente uma solução financeira a nível oficial para a empresa.

Estes trabalhadores, viram-se obrigados a prescindir do retroactivo a que tinham direito desde Setembro de 1975, para tentarem elevar as capacidades financeiras da empresa para onde o Estado nomeou uma comissão administrativa.

REFORMADOS

Na sequência da sua luta por uma reforma digna, por assistência médica, por uma 3.ª idade digna os reformados convocaram uma manifestação para Agosto em Lisboa de protesto contra a marginalização de quem são vítimas, cujas condições de vida são de perfeita miséria.

METALÚRGICA LONGRA

A gerência da firma Metalúrgica Longra despediu três trabalhadores (terá sido à sombra do tal Decreto-Lei 530/76?). Alegando «razões de disciplina».

Imediatamente saiu um comunicado de outros trabalhadores denunciando mais esta arbitrariedade por parte da gerência e onde se acusa esta de «distorcer o sentido do verdadeiro motivo que levou a tomar mais estes actos repressivos».

TÊXTIL MANUEL GONÇALVES

Foi «eleita» uma nova «Comissão de Trabalhadores» (a última demitiu-se) na têxtil Manuel Gonçalves. Desta vez, parece que foi uma eleição que bateu todos os recordes, tendo «conseguido» 1446 abstenções, 1015 votos nulos e 709 votos a favor de uma lista única. A tal lista única como é evidente, é composta pelos «trabalhadores» dos serviços, que logicamente tenham apostado no pelo menos não se tinham mostrado contra o regresso do patrão.

FINANÇOR (AÇORES)

Os trabalhadores da Firma Finançor (empresa produtora de rações para animais, a única deste género nos Açores) entraram em greve total em virtude da Junta Regional dos Açores não ter tomado até este momento qualquer decisão sobre as exposições feitas pela administração (que quer um aumento nos produtos) e os delegados sindicais (que querem aumentos salariais). Pelos vistos, em terreno que a FLA reivindica o controlo, parece que não, é bem assim... Também existe luta de classes...

e a actualidade nacional

A direita e o reformismo tentam recuperar

Um dos exemplos flagrantes da grande tentativa da reacção, da direita nacional e internacional, com a ajuda fundamental e indispensável para eles neste momento do reformismo, de tentarem recuperar um processo de dois anos de largas movimentações de massas, de duras lutas e duras vitórias, é efectivamente o Decreto Lei 530/76, onde se prevê:

- Dispensa temporária de pessoal
- Redução de tempo de trabalho
- Congelamento temporário da contratação colectiva, etc.

Tudo isto vem claramente expresso neste Decreto, nos seguintes termos:

Artigo 5.º — Durante o período necessário à reconversão do projecto da empresa, poderá ser dispensado temporariamente o pessoal que for julgado necessário e reduzido o tempo de laboração da empresa.

Artigo 6.º — Quando se não justificar a adopção de um projecto de reconversão de uma empresa em crise,

poderá o Estado tomar somente medidas administrativas temporárias que permitam a retomada económica das Unidades empresariais, precatando os postos de trabalho sem prejuízo da sobrevivência da empresa.

Artigo 7.º — As medidas referidas no artigo anterior que poderão ser tomadas separadamente ou em conjunto, são designadamente:

- a) Redução de laboração da empresa até um período mínimo de três

dias por semana

b) (Congelamento transitório da contratação Colectiva e outras medidas de orçamento governamental

c) Transferência dos trabalhadores para diferentes postos de trabalho na mesma empresa, desde que tal se enquadre no mesmo tipo de actividade prosseguida habitualmente e seja compatível com as habilitações dos trabalhadores.

Artigo 8.º — Aos trabalhadores a quem sejam reduzidos os salários em virtude da aplicação das medidas previstas neste Decreto-Lei será atribuído um subsídio que corresponderá pelo menos à manutenção do salário mínimo para a prestação do serviço em horário normal.

Artigo 11.º A dispensa de trabalhadores que se tornar necessária será sempre objecto dos condicionamentos legais impostos pelas normas relativas cessação de contratos de trabalho por despedimento colectivo.

Artigo 13.º A empresa, logo que por força de execução do plano de reconversão necessite da colaboração dos trabalhadores, convocá-los-á para reassumirem funções em prazo que for julgado conveniente.

Este Decreto, como outros que já saíram e que virão a sair, é o levantar da cabeça dos fascista e vai funcio-

nar como desforra da burguesia contra os 800.000 trabalhadores que votaram em Otelo, contra todo o movimento que se gerou à volta da sua candidatura.

Este Decreto é a legalização do afastamento selectivo da vanguarda operária das fábricas, se todos nós trabalhadores e revolucionários o permitirmos.

E atenção camaradas, este Decreto saiu com o apoio passivo do reformismo que neste momento é aproveitado pela direita reacçãoária, jogando com ele para reter o avanço dos trabalhadores organizados em torno de uma proposta unitária e mobilizadora, de intervenção política directa. A passividade do reformismo com a saída deste Decreto só se pode entender como mais uma cedência por parte deste à direita, com as eternas ilusões de ganhar um lugarzito a nível de Poder.

Sobre mais esta medida do poder burguês, a D.O.R.L. do P.R.P. difundiu no passado dia 23/7/76, um comunicado em que se afirma: «Tudo isto faz parte das condições «pluralistas» de «segurança» e de «liberdade» de que o actual poder necessita para reprimir a classe operária, os trabalhadores, em geral, a fim de assegurar a «reconstrução nacional» assente na exploração capitalista».

PANIFICAÇÃO

A luta ainda não está ganha

A luta dos trabalhadores da Panificação, não é de hoje; é de lembrar a posição destes trabalhadores quando da sua imposição do horário diurno, contra tudo e contra todos, apesar dos jornais de direita e não só, que se utilizaram demagogicamente (e nem outra coisa seria de esperar) do egoísmo latente de alguns consumidores, que não atendendo a esta justa luta por um horário diurno como a grande maioria dos outros trabalhadores, se manifestaram contra as decisões tomadas por aqueles que sentiam o problema de noites e noites a fio sem ver a família num trabalho esgotante, só por se sentirem muito bem comendo pão fresco ao pequeno-almoço.

De qualquer maneira, os trabalhadores depois de um forte trabalho de esclarecimento junto da população, conseguiram que essa luta saísse vitoriosa.

Agora, novamente os trabalhadores da Panificação se vêem em luta pelo CCT.

Atendendo e pondo acima de tudo

a sua posição em relação à população consumidora, e reconhecendo que a greve geral não era de forma nenhuma a melhor maneira de arranjar a solidariedade para uma luta de medição de forças como o Governo e as entidades patronais os trabalhadores arranjaram uma maneira de mais uma vez poderem sair vitoriosos adoptando como forma de luta para pressionar o Governo na saída do CCT a saída do pão de graça.

Perante isto o Governo teve de recuar, tendo o Ministério do «Trabalho» lançado uma nota oficiosa em que se comprometia fazer estudos para a publicação de uma portaria que regulamente o CCT.

Os trabalhadores têm perfeita consciência de que a luta não está ainda ganha, e muitos mais passos há que dar para que ela resulte em seu favor. Por isso, vai haver uma discussão por todo o País para definir novas formas de luta, caso o Ministério não cumpra num mínimo espaço de tempo, aquilo a que se comprometeu.

Ligação cidade-campo

CARNAXIDE

O GDUP (Grupo Dinamizador de Unidade Popular) de Carnaxide juntamente com a Associação de Moradores pobres, «Luta pela casa» e com o apoio de todos os GDUP's desta freguesia, tomaram a iniciativa de fazer no sábado, dia 31 de Julho, um dia de unidade entre a cidade, o campo e o mar.

Estarão presentes cooperativas agrícolas e pescadores. Haverá também canções revolucionárias e teatro.

Com isto se pretende mostrar que se a vida está cara, a culpa não é dos trabalhadores do campo, nem dos pescadores, mas sim dos intermediários parasitas e de todos os capitalistas, que, apoiados pelo Governo, roubam pelo caminho o povo:

Tanto os trabalhadores da cidade como do campo são explorados. Por isso a luta é a mesma!

Todos a Carnaxide comprar os produtos directamente ao produtor!

Acabemos com os intermediários que nos roubam!

**POVO TRABALHADOR UNIDO PARA O SOCIALISMO!
A LUTA CONTINUA!**

SACAVÉM

Também em Sacavém vai realizar-se no próximo sábado dia 31 de Julho uma venda directa de produtos das cooperativas como forma de apoio à Reforma Agrária e de luta contra o aumento de custo de vida.

O Grupo de Apoio à Reforma Agrária de Sacavém prossegue, assim, esta iniciativa já lançada à cerca de um mês e vai brevemente realizar um plenário de todo o povo trabalhador de Sacavém e das suas estruturas unitárias ou representativas (GDUP's, CM's, e CT's) para discussão desta forma de luta e para serem definidas novas formas de organização.

CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA UNIR-ORGANIZAR-LUTAR

A burguesia, as forças reacçãoárias, o imperialismo, lançam uma ofensiva em larga escala contra os trabalhadores e suas organizações.

O actual poder tenta criar condições legais para assegurar a recuperação capitalista. São os aumentos de impostos e de preços, que por sua vez irão provocar o aumento de outros; é toda uma série de legislação claramente antitrabalhadora pondo em risco as conquistas alcançadas; o decreto-lei sobre as Comissões de Trabalhadores, limitando o seu poder e os seus efectivos; o decreto-lei 471/76 que abre as portas das fábricas e das empresas aos fascistas saneados; o decreto-lei 530/76 que permite aos patrões não só atirarem para o desemprego milhares e milhares de trabalhadores como também congelarem a contratação colectiva. E outros decretos se lhes seguirão. Os despejos sucedem-se diariamente e milhares deles estão na forja. Alguns patrões já regressaram, enquanto que outros se preparam para o fazer. Fascistas como Spinola e Rapazote anunciam o seu próximo regresso. Entretanto prepara-se o ambiente propício a uma intervenção repressiva generalizada, com actos fascistas terrorista de que os ataques à Casa de Angola, às instalações de companhia aérea moçambicana DETA e os incêndios provocados na Manutenção Militar são bons testemunhos.

Tudo isto faz parte das condições «pluralistas» de «segurança» e de «liberdade» de que o actual poder necessita para reprimir a classe operária, os trabalhadores em geral, a fim de assegurar a «reconstrução nacional» assente na exploração capitalista.

É neste contexto que a unidade, organização e capacidade de luta dos trabalhadores assumem uma extraordinária importância para que o confronto de classes que se avizinha se transforme na Revolução Socialista.

O movimento de unidade popular que se gerou a nível nacional em torno dum projecto socialista, defendido na candidatura de Otelo, deve ser consolidado, alargado e organizado para que a luta dos trabalhadores contra a recuperação e o fascismo se faça nas condições mais favoráveis.

Lutas em que não haverá alternativa possível para os conciliadores aqueles que propõem soluções burguesas por mais «progressistas» que procurem ser e que trairão a classe operária por alguns lugares no governo da burguesia capitalista.

Lutemos contra:

- o regresso dos patrões.
- os despejos.
- o regresso dos fascistas saneados.
- o desemprego.
- o aumento do custo de vida.

PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

(A Direcção da Organização Regional de Lisboa
(D.O.R.L.) do P.R.P.)

ASSOCIAÇÃO DE INQUILINOS LISBONSES

Por uma tomada
de consciência dos moradores

No jornal «Revolução» de 16/7/76 publicamos uma entrevista com um camarada da Associação de Inquilinos Lisbonenses em que era anunciado o lançamento de um abaixo-assinado a nível nacional.

Com esta iniciativa a A.I.L., como o afirmava a camarada, «o que se pretende é uma tomada de posição colectiva dos moradores, não só frente aos órgãos de poder, mas também uma tomada de consciência dos moradores para a mobilização».

A luta contra os despejos é neste momento um dos pontos fundamentais da luta dos moradores. A inconstitucionalidade destes é mais do que evidente.

Não dar tréguas à recuperação capitalista, não pactuar com os despejos mobilizar os moradores, dinamizar e coordenar as Comissões de Moradores é a alternativa. Coordenar as CMs e os CTs é fundamental, não só na luta contra os despejos, mas para o avanço da luta antifascista e anticapitalista. No sentido da divulgação desta iniciativa, a AIL promoveu uma conferência de imprensa onde foi distribuído o seguinte texto:

«Portugal tem desde 25/4/76 uma Constituição que, no seu artigo 65, reconhece o direito de todo o cidadão a uma habitação digna.

Este factor só por si poderá ser uma revolução se os trabalhadores com casa e sem casa, se organizarem para impor a concretização desse direito.

Mais de 500.000 famílias, e esse número deve ser actualmente muito superior com a chegada dos retornados, vivem nas piores condições, em casas degradadas, em ilhas e bairros de lata, em quartos e partes de casa.

Cerca de 3.000.000 de pessoas, vivem em 1970 em casas sem electricidade, e mais de 3.000.000 não tinham retrete; 4.500.000 não tinham água e perto de 6.000.000 não tinham casa de banho.

E desde então a situação não melhorou!

A maior parte dos trabalhadores que vivem numa «habitação digna» é graças ao pagamento de rendas, absolutamente escandalosas, que lhes levam 50 por cento e mais, do seu sa-

lário.

Quando tudo indicava que se poderia lançar mãos ao trabalho e iniciar a tão falada «reconstrução nacional» assegurando desde logo trabalho para centenas de milhares de trabalhadores de construção civil assiste-se exactamente ao contrário.

Os despejos sucedem-se a um ritmo que só não é superior ao ritmo a que são proferidos discursos a prometer o cumprimento das leis. Temendo a resistência dos moradores são os velhos, os doentes, as crianças que são sobrejunctos nesta primeira vaga. Os pretextos todos são bons: ocupação, falta de contrato (que o senhorio recusa), suspensão de pagamento (por doença ou desemprego) etc.

A A.I.L. solidária e participante na luta geral por uma «Habitação Digna», decidiu lançar uma campanha nacional partindo dos bairros e passando pelas aldeias e pelas fábricas para exigir a tomada de medidas que respeitem o estatuto na lei fundamental. Uma exposição é feita ao Presidente da República e ser-lhe-á entregue na primeira quinzena de Setembro, assinada por centenas de milhares de trabalhadores.

Apesar de estarmos em pleno verão, a situação exige que activistas da A.I.L. e das Comissões de Moradores promovam sessões de esclarecimento e ajudem os moradores a organizar-se para impor o respeito da lei constitucional às próprias autoridades, para impedir que a lei da selva, fascista e burguesa, espezinhe os direitos dos trabalhadores a uma vida digna.»

Alguns despejos efectuados em Julho

2 de Julho — Bairro da Pena, Lisboa

Despejada uma família de ocupantes e penhora de todos os haveres.

13 de Julho — Lisboa

Desocupado laboratório médico, sob controle dos trabalhadores. Ai eram feitas análises de graça para os habitantes dos bairros de lata.

14 de Julho — Presa Velha, Porto

Sede da Comissão de Moradores desocupada pelo senhorio armado. A C.M. efectuou plenário de moradores para estudar reocupação.

19 de Julho — Casal da Serra, Pontinha

Despejo de família desempregada por falta de pagamento. O senhorio é reformado da PSP e o novo inclino pertence à PSP. Os moradores impediram a entrada do novo inclino. Todos os haveres foram confiscados.

20 de Julho — Agualva, Cacém

Tribunal de Sintra ordena despejo de um palacete ocupado onde funcionava uma escola primária oficial com 360 crianças.

21 de Julho — Monte Estoril, Lisboa

Mercenários pagos pelo senhorio assaltam, roubam e prendem os ocupantes de um prédio. Estes são socorridos pelos moradores e ocupantes. A Polícia só intervém para dar a fuga aos mercenários.

23 de Julho — Porto

Despejo de 13 famílias sublocatárias na Rua Barros de Lima.

Ocupações

Belém

Oficial de diligências põe-se do lado do ocupante, recusando-se a efectuar o despejo; sofreu um processo disciplinar.

Alvor

21 famílias de pescadores necessitavam de habitação e por decisão de todo o bairro ocuparam casas da Caixa Nacional de Pensões.

5 de Julho — Belém

Casa reocupada pelo GDUP da zona. A casa será entregue à família que lá habitava.

10 de Julho — Porto

Governo Civil requisita a casa da Rua Barros Lima, sendo reocupada pelas 13 famílias que tinham sido despejadas.

13 de Julho — Laranjeiro, Lisboa

GDUP ocupa casa desabitada para que um operário, ex-soldado do RALIS possa ter direito a uma habitação condigna.

23 de Julho — Vila Meã, Amarante

50 GNRs desalojaram uma família da casa onde habitava há sete anos. Centenas de trabalhadores e pequenos agricultores indignados deram uma tarefa ao advogado do senhorio, reocuparam a casa e formam piquetes para garantir a segurança da família.

(de «A habitação» — suplemento informativo n.º 3 da A.I.L., às Comissões de Moradores, Associações de Moradores e outros Organismos Populares de Base).

Por uma habitação digna

O artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa consagra o direito de todos os Portugueses a uma Habitação condigna.

No entanto a maioria da população vê esse direito ser-lhe negado sob várias formas. Além da falta de habitações, o que impede que centenas de milhares de famílias alojadas em condições sub-humanas, em bairros de lata, ilhas, ou em casas superlotadas tenham direito a uma habitação digna, os moradores são ainda objecto de atentados aos seus direitos constitucionais.

Famílias inteiras são despejadas de modo violento indo parar à rua, vivem em casas degradadas, sem condições de sanidade vivem apinhadas em partes de casa ou quartos. As casas existentes continuam sujeitas a rendas especulativas ou a permanecerem fechadas quando a renda não convém ao senhorio, etc.

Apesar dos direitos consignados na Constituição, isto tudo se passa porque a habitação continua a ser considerada uma mercadoria sujeita ao livre jogo da oferta e da procura, e não um serviço público e a depender dos interesses especulativos dos proprietários apoiados por vários sectores do poder Estatal.

Em face do que foi exposto no documento anexo a este abaixo assinado, cujo texto acima é o resumo, e em seguimento de anteriores reclamações e cadernos reivindicativos apresentados ao Governo por organizações de comissões de moradores, durante o ano que decorre, e também invocando o art.º 18.º da Constituição que estabelece serem os «preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias directamente aplicáveis e vincularem as entidades públicas e privadas», os abaixo assinados requerem:

1 — A imediata suspensão de todas as acções de despejo que sob qualquer forma ou designação processual e em qualquer foro

(judicial ou administrativo) visem o despejo de habitações; exigem também realojamento dos que vivem em prédios que ameaçam ruína.

2 — Que se dê satisfação a curto prazo, às reivindicações formuladas pelos moradores dos bairros de lata e ilhas no sentido de se proceder à construção social destinada aos mesmos moradores, assim como aos que habitam em partes de casa e quartos e, de um modo geral, aos mal alojados;

3 — A aplicação sem demora do preceituado no Regulamento das Edificações Urbanas, no que se refere a obras em habitações degradadas e sem condições de salubridade. Responsabilizando pessoalmente os dirigentes das Câmaras pela não aplicação do legislado;

4 — Que se legisle a curto prazo no sentido do tabelamento das rendas de casa, tornando estas compatíveis com os rendimentos familiares, em obediência ao artigo 65.º da Constituição;

5 — Que se conceda às Associações de Inquilinos, associações e comissões de moradores o direito de intervirem nos pleitos judiciais e administrativos, com parte legítima, em defesa dos seus associados e moradores, isto independentemente da promulgação ou não da legislação relativa às comissões de moradores;

6 — Que sejam atribuídas às Associações e Comissões de Moradores a competência e a autoridade para procederem à distribuição das casas devolutas, de acordo com as prioridades das famílias mal alojadas;

7 — Que se proceda, também a curto prazo, à elaboração de um projecto de código do Inquilinato Urbano, em que a população participe, por intermédio dos seus órgãos de base, como é de seu direito constitucional.

(Exposição que vem junto do abaixo-assinado).

internacional

ASSALTO AO QUARTEL DE MONCADA

Começo do triunfo da Revolução Cubana

O assalto ao quartel Moncada foi o ponto de partida para o triunfo da Revolução Cubana no Primeiro de Janeiro de 1958 quando Fidel Castro, Che Guevara, Camilo Cienfuegos e muitos outros companheiros depuseram o regime opressivo e pró-imperialista de Fulgêncio Batista.

Camilo Cienfuegos descreveu assim a rendição final das tropas reacçãoárias:

«Como o chefe das tropas inimigas a 24 de Dezembro não aceitava a rendição, manteve-se o combate até o dia 31, em que se receberam um O inimigo foi submetido a um forte ataque de morteiro e bazooka e ao encontrar-se em péssimas condições às 4 horas da tarde, saíram de encontrar-se em péssimas condições, como às 4 horas da tarde, saíram de bandeiras brancas e enviaram um oficial a parlamentar connosco. Dissemos para eles que unicamente com o chefe das tropas do quartel capitão Wong Le, estávamos dispostos a conversar. Ao entrevistarmos-nos com Le, este pediu-nos um carro para tirar os numerosos feridos do quartel, ao que nos negámos, dizendo que havia um único caminho, a rendição dele e de todas as tropas, fazendo-o ver que se não aceitava esta última oportunidade essa mesma tarde, seria destruído completamente, e que se não havíamos ainda derrubado o quartel sobre suas cabeças era porque estávamos economizando munições para o ataque ao regimento de Santa Clara. Fizemo-lo ver o estado de ânimo de todos seus homens e que não estavam dispostos a seguir lutando.

Depois de alguns minutos de reflexão, aceitou a rendição incondicional.» Depois da libertação de Yaguajay e logo que escutou as instruções de Fidel, a Coluna invasora «António Maceo» forma para partir para Havana, que cai a Primeiro de Janeiro.

A luta revolucionária armada contra o regime de Batista, o imperialismo norte-americano custou anos de sacrifício e muitas vidas dos filhos do povo cubano, que souberam através de incansáveis reveses e vitórias chegar ao seu objectivo final, a libertação de todo o povo do jugo imperialista, burguês e latifundiário.

A Revolução Cubana despertou na juventude de todo o mundo, nas forças do proletariado, nos revolucionários a necessidade de trilhar o caminho da luta armada para a conquista do poder político. Despertou o espírito de ousadia e decisão em combater o inimigo de classe; a luta foi difícil, os anos passaram-se, muitos tombaram pela Revolução, mas ela saiu triunfante.

A Revolução Cubana significou uma conquista importante para o Internacionalismo Proletário, os seus revolucionários buscaram novas experiências, novas realidades para libertar o povo onde ele se encontra oprimido e subjugado. Os exemplos mais claros e flagrantes deste espírito revolucionário internacionalista foi a Campanha do Comandante Che Guevara na Bolívia e sua própria participação activa na Revolução Cubana; também o apoio incondicional à libertação do povo angolano, para quem os revolucionários cubanos prestaram uma ajuda incomparável na história do movimento revolucionário internacional.

Reproduzimos, aqui, parte do discurso do camarada Fidel Castro ao primeiro Congresso do Partido Comunista de Cuba, onde faz um balanço do significado do assalto ao quartel

Moncada e do desenvolvimento do processo revolucionário cubano.

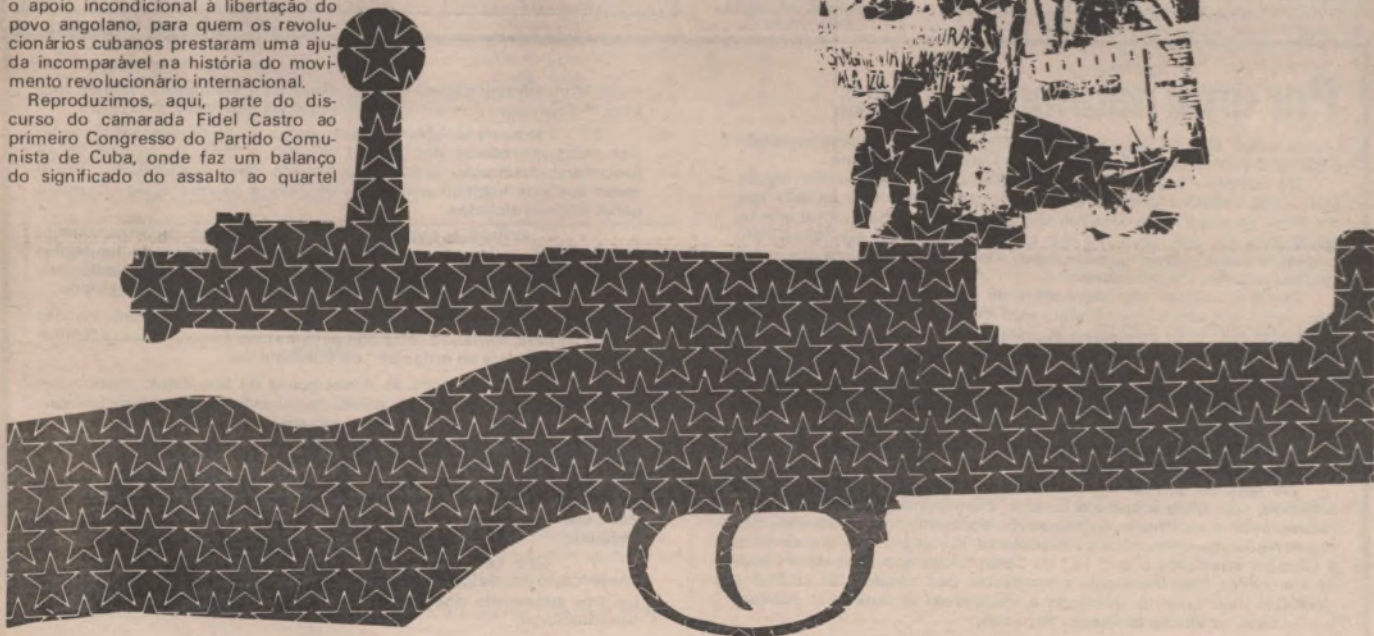
«O assalto ao quartel Moncada não significou naquele instante o triunfo da Revolução, mas assinalou o caminho e traçou um programa de libertação nacional que abriria à nossa pátria as portas do socialismo. Nem sempre na História os reveses tácticos são sinónimos de derrota. Sem Moncada não teria existido Granma, a luta da serra Maestra e a vitória extraordinária do Primeiro de 1959. Passados cinco anos, cinco meses e cinco dias depois do assalto a Moncada triunfou a Revolução em Cuba. Um recorde verdadeiramente impressionante se se

tiver em conta que os seus dirigentes sofreram quase dois anos de cárcere, mais de um ano e meio de exílio e 25 meses de guerra. Lapso de tempo em que a correlação mundial de forças mudou também o suficiente para que a Revolução Cubana pudesse sobreviver.

Logo nos primeiros meses da Revolução o imperialismo e a reacção, actuando segundo os seus métodos clássicos, lançaram-se numa feroz campanha anticomunista apoiada por todos os meios de divulgação que ainda se mantinham nas suas mãos. A arma do anticomunismo, foi empregue do modo mais profundo para confundir as massas, que, politicamente, eram ainda débeis; esperavam assim dividir o povo, as organizações revolucionárias e o próprio exército rebelde, tirar apoio ao governo e dar alento às correntes reacçãoárias.»

«A derrota fulminante, em menos de 72 horas, infligida ao exército mercenário que desembarcara em Girón, frustrou os planos tão esmeradamente elaborados pela CIA e pelo Pentágono, e para os Estados Unidos — só restava no terreno militar uma alternativa: a invasão directa de Cuba. Fazer com o nosso país o que depois fizeram com o Vietname.

«A 16 de Abril de 1961, num cenário viril de espingardas levantadas pelos braços e os punhos vigorosos dos nossos operários, no enterro das vítimas do bombardeamento mercenário, e prestes a entrar em combate contra os invasores, o povo trabalhador pôde já proclamar com heróica determinação o carácter socialista da nossa Revolução. Por esta altura os monopólios estrangeiros os latifundiários e a burguesia nacional tinham sido expropriados e a nossa classe operária perdera a única coisa que possuía: as suas cadeias. Como classe revolucionária, e aliada dos camponeses e de outros sectores humildes do povo a vanguarda indiscutível do processo.»



ANGOLA — A. NETO À POLÍCIA POPULAR DE ANGOLA

"A nossa luta não é só destruir o velho mas essencialmente construir o novo"

No passado dia 26 de Junho, um dia depois do aniversário da libertação do povo moçambicano, o presidente Agostinho Neto proferiu um discurso aos saídos da primeira escola de alistados de 1976 do Comando de Polícia Popular de Angola. O camarada Agostinho Neto além de fazer referências às agressões imperialistas em Angola e à posição da China na ONU, defende intransigentemente o internacionalismo proletário, revelado na prática revolucionária com que a República Socialista de Cuba soube colocar ao lado do povo angolano, na sua luta contra a invasão da RPA.

Começando por saudar os elementos do Corpo de Polícia Popular ingressados, os responsáveis superiores das FAPLA que deram o «melhor dos seus esforços para a efetivação de uma política progressiva», o presidente Agostinho Neto, saudou também os elementos da DISA, ODP, PM, PJ que «têm contribuído ao longo do país para que encontremos o ambiente necessário ao desenvolvimento do povo angolano».

Do discurso feito pelo camarada Agostinho Neto, passamos a transcrever a primeira parte, prometendo aos nossos camaradas a parte segunda para o próximo número do «Revolução».

«Cabe aos organismos de defesa integrados nas FAPLA — diria o presidente Agostinho Neto — um dever revolucionário particular. Cada elemento dos organismos de defesa assume o compromisso de defender o povo, assume o compromisso de pela prevenção, ou pela repressão impedir que a tranquilidade no nosso país seja afectada nesta ou naquela zona. Este dever será exercido com coragem, com firmeza, com serenidade a fim de eliminar da nossa sociedade as ideias e as atitudes reaccionárias, criminosas ou desmobilizantes e a fim de neutralizar os elementos nocivos da sociedade.

«Espero por isso que os camaradas saídos desta primeira escola de alistados de 1976 do CPPA possam de facto cumprir a sua missão protegendo o povo angolano. Os organismos de defesa são muitas vezes objecto de ataques de desprezo por que existe uma tradição de organizações burguesas e colonialistas que servem naturalmente a sua classe e não defendem o povo. Não defendem as classes em ascensão, não defendem a Revolução. Eles servem, sim de instrumento de opressão, tais são as polícias e exércitos, que servem o sistema capitalista. E ouvir-se, geralmente a palavra polícia ou a palavra segurança é normal que se desencadeie em alguns, um reflexo de repulsa, mas no nosso país, o agente de polícia é um defensor do povo, defensor da Revolução, completamente identificado com os interesses essenciais da Nação, tem de ser um revolucionário e isso tem de ser demonstrado na sua actuação prática, no seu comportamento diário, na sua atitude perante o povo. E se o seu comportamento for digno, revolucionário, a criança que carece de protecção, a mulher em dificuldades, o homem sem refúgio ou o velho confiante nos destinos da Pátria, recorrerão ao agente para que ele possa resolver alguns dos

seus problemas. Por vezes, camaradas, e em todos os sectores o nosso trabalho carece de perfeição, carece de conteúdo, carece de ser inserido na actividade geral. As carências são fruto de uma colonização de cinco séculos, são o resultado duma alienação do povo, de uma incompreensão do conteúdo político e ideológico do MPLA. E se falo em carência, é por que temos sentido em alguns dos nossos activistas políticos uma tendência a hipertrofiar estas mesmas carências, confundindo os objectivos da nossa luta revolucionária com a necessidade de destruir.

«A nossa luta é, no entanto, não só a necessidade de destruir o velho, mas também e essencialmente a de construir o novo. A nova sociedade necessita de ser construída em vários aspectos, inclusive no que respeita a formação de seus elementos humanos. Atacar, destruir não é o mais difícil, formar, agir, positivamente é o mais complicado. Desejo por isso dizer aos camaradas, que se esforcem por ultrapassar as nossas carências, valorizando suficientemente os aspectos positivos.

Esta cerimónia, permite-me exprimir algumas opiniões sobre duas ou três situações que estamos a viver, hoje, no plano internacional e nacional.

«Como os camaradas já sabem um país reaccionário e imperialista, «gangster» internacional, os Estados Unidos da América do Norte, vetaram e impediram a nossa admissão na ONU, com a cumplicidade de um outro país, a China. O nosso pedido de admissão na ONU foi apresentado de acordo e conforme as regras internacionais. A RPA é um país independente e soberano que tem o direito e o dever de estabelecer relações de amizade e de cooperação com todos os países do Mundo, que tem o direito ao convívio internacional. Tanto mais que a maior parte dos países independentes do Mundo reconhecem o Estado e o Governo angolanos. Como resultado da oposição de certos Estados contra o progresso e contra a paz, o mecanismo das Nações Unidas permite que um Estado como o nosso, não seja admitido nas Nações Unidas. O pretexto é a presença, aqui, em Angola, de camaradas da República Socialista de Cuba, argumento ridículo, pois os próprios EUA mantêm bases militares em vários países e ocupam territórios alheios. E curioso notar que ao mesmo tempo que os Estados Unidos da América do Norte vetam a entrada da RPA na ONU, o sr. Kissinger encontra-se na RFA com Vorster, e num momento em que a República da África do Sul dominada pelos facções brancas assassina centenas de estudantes negros, numa sucessão de massacres impiedosos, vergonhosos. Ao mesmo tempo que reprimem reivindicações populares e mais uma vez demonstra a sua incapacidade de conviver com os outros povos, a África do Sul é membro da ONU.

«Onde reside o problema? O problema é que os EUA foram derrotados em Cuba. Todas as suas tentativas de dominar aquele país falharam, todas as tentativas de subversão falharam e Cuba é hoje, um país independente, soberano, socialista, praticando

consequentemente uma política internacionalista.

«O problema é que os agentes dos EUA, como a África do Sul e outros e todos os seus fantoches, outrora, instalados no interior do nosso país, foram derrotados. Foram derrotados pelo povo angolano e graças a uma cooperação estreita, graças a uma solidariedade que ultrapassa o puro formalismo entre a República Socialista de Cuba, a URSS e a República Popular de Angola. Várias derrotas inquietam os imperialistas. Várias derrotas são desprestígio para o gendarme internacional, recrutador de mercenários e agentes da subversão. Somente na sua inquietação os EUA descontrolaram-se, eles bem sabem que dentro de mais um tempo a RPA será admitida na ONU. Quer os EUA queiram, quer não!

«Já várias vezes foi repetido e o nosso bom amigo comandante Fidel Castro afirmou, existe uma fraternidade de sangue entre Cuba e Angola, os milhares de homens e mulheres transportados para Cuba há centenas de anos geraram filhos que não poderão esquecer os laços que os unem a seus irmãos africanos. Esses mesmos homens e mulheres encontraram afinidades ideológicas com seus irmãos no nosso continente e não foi difícil estabelecer as bases políticas e sentimentais para uma cooperação estreita. Os nossos laços reforçar-se-ão, ninguém pode interferir na

noossa vida interna ou nas nossas relações com outros povos, ninguém tem o direito de nos dizer quem pode entrar ou sair de Angola, como querem os EUA.

«Nós, os angolanos não estabeleceremos outro tipo de relações com Cuba por causa das pretensões americanas, pelo contrário, vamos reforçar as nossas relações de amizade com Cuba e espero que os camaradas cubanos compreendam a nossa amizade e desejo de cooperação estreita.

«Talvez possamos compreender as coisas se dissermos que junto das nossas fronteiras, em territórios vizinhos, estão a movimentar-se forças militares e daí partem homens armados para dentro do nosso país, homens que vão formar grupos de bandoleiros para massacrar populações e destruir os seus bens. Talvez este facto nos ajude a compreender certas exigências orquestradas a partir de Washington, mas por outro lado, nem tudo é mal, e poderemos nos referir a qualquer coisa de positivo. Ontem foi possível festejar a independência de um povo de um país irmão, a independência de Moçambique. Em Angola há uma estima muito particular pelo povo moçambicano, pela Frelimo, pelo seu presidente, o camarada Samora Machel, em virtude da identidade do processo revolucionário seguido, e das linhas escolhidas para o progresso dos respectivos povos. Consideramos o povo de Moçambique como povo em África que conquistou das maiores vitórias contra o colonialismo, o imperialismo e contra o racismo. Com Moçambique nós festejamos a independência de África, a possibilidade de progresso, a marcha para o tipo de sociedade que desejamos.

(Continua no próximo número do «Revolução»)

REPRESENTAÇÃO EM PORTUGAL DA J.C.R.

Apoio aos combatentes palestinos e libaneses

O imperialismo e a direita estão a ponto de realizar de novo massacre no Oriente Médio, desta vez contra os combatentes, mas também contra mulheres e crianças, palestinos e libaneses, que lutam lado a lado neste momento no Líbano.

É mais um crime, na longa lista dos perpetrados pela reacção árabe, o imperialismo americano e o expansionismo israelita. E também não ficará impune. O povo palestino, os trabalhadores e os povos de todo o Oriente Médio, as forças revolucionárias acabarão por triunfar também no Líbano. E a Palestina também será livre, unida e independente. Mas hoje, é preciso impedir que as forças reaccionárias árabes em conluio com o imperialismo americano consigam o seu objectivo de liquidar o movimento palestino e o movimento progressista e revolucionário em geral na região, ou de golpeá-lo tão duramente que leve anos para recuperar-se. É preciso salvar os heróicos combatentes de Tal al Zaatar. E o silêncio, a omissão, as posições ambíguas também são criminosas neste momento. A Junta de Coordenação Revolucionária do Cone Sul da América Latina manifesta o seu apoio invariável à luta das forças progressistas libanesas e palestinas no Líbano e chama todos os revolucionários, todos os democratas e progressistas do mundo a manifestarem-se, a usar todos os meios de pressão para travar o massacre que ameaça os bravos combatentes que têm resistido a todas as selvagens arremetidas da direita, em meio a uma escandalosa indiferença internacional.

O Oriente Médio resiste no Líbano!
Todo o apoio às forças progressistas no Líbano!
A resistência palestina triunfará

Lisboa, 20 de Julho de 1976

Junta de Coordenação Revolucionária

pela representação Portugal

Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuição: DIG — Rua das Chagas, 2 — Lisboa

EDITORIAL

Em Julho de 75 um grupo de oficiais que ficou conhecido pelo «Grupo dos Nove» elaborou um documento que havia de servir de porta de abertura para futuras e fatais manobras da direita — aí se gerava o golpe do 25 de Novembro. Hoje alguns desses homens podem ser vítimas de um novo golpe de direita, desta vez não para pôr termo aos «excessos» da esquerda, mas para simplesmente pôr termo definitivo ao 25 de Abril. Melo Antunes, Victor Alves, Charais, podem vir a sentar-se no banco dos réus ou simplesmente nas bancadas do Estádio Nacional, após qualquer noite negra, durante a qual se instale um regime de excepção e terror. É pois o momento de esses homens escolherem o lado de que se encontram. Esperar pelo final do Governo do PS é capaz de ser tarde demais.

Quando em Julho de 75 este grupo escolheu fazer aquele documento, os motivos que os moveram residiam sobretudo numa raiva surda e cega contra o PC, de cuja burocracia e manobristismo estavam fartos. Simplesmente, para se oporem a tais erros escolheram a porta da direita. E a porta da esquerda era tão possível quanto foi provado pelo «documento dos oficiais do Copcon», o qual teve a maior adesão popular de que há memória em relação a um documento. E isto em Agosto, não só «quente» politicamente, como quente de temperatura e portanto com muitos trabalhadores ausentes dos grandes centros.

Mas poder-se-á dizer que o que levou os «nove» a escolherem a oposição de direita ao PC e não a oposição de esquerda, foi a sua posição de classe, foi o quererem conservar não tanto privilégios económicos, mas privilégios de poder, privilégios de mando, os quais são postos em causa pelo avanço das grandes massas trabalhadoras.

Esta forma de sair pela direita de situações em que pesa a mão controladora do stalinismo, repete-se aliás em vários países e sobretudo nos países do Pacto de Varsóvia, onde a «oposição» de que temos eco é sempre uma oposição de direita.

E o certo é que em Portugal o gonalvismo desembocaria num poder revolucionário, no qual o PC seria largamente ultrapassado e o stalinismo nunca estaria efectivamente no poder. O apoio ao Documento do Copcon, a FUR, e a recente campanha eleitoral para as eleições presidenciais mostraram-no bem.

Mas é certo também que a quase totalidade dessa oposição formada à volta do documento dos «nove» temia tanto o PC como um poder revolucionário.

Opondo-se portanto ao stalinismo, e aparecendo docemente como «socialista», «terceiro-mundista», etc., o «Documento dos nove» teve a propriedade de juntar toda a direita militar e de permitir,

pela sua leitura nos quartéis, que se contassem os oficiais que a ele aderiam. Foi portanto um trabalho de prospecção, necessário para uma direita que se queria contabilizar. A este trabalho de «apalpar» da situação política não podemos deixar de aliar o então Presidente Costa Gomes, homem interessado em conciliações, em encontrar soluções políticas, enfim, negociador por excelência. Por isso entusiasmou os «nove» no seu trabalho e por isso os retirou depois, por discordar de alguns aspectos do método. Mas reservou-se novo papel de negociação para o 25 de Novembro.

Este golpe dos «nove» foi portanto o primeiro passo para o pronunciamento de Tancos, para a queda do V Governo e a sua substituição pelo VI, para as medidas de provocação (bomba da Rádio Renascença, etc) e finalmente para o golpe do 25 de Novembro. Entretanto consolida-se em Agosto um comando militar clandestino, que haveria depois de aparecer à luz do dia exactamente durante aquele golpe e cujas figuras haveriam de tomar lugares do mais alto destaque. Hoje, todo esse comando clandestino de Agosto, tem postos dos principais, política e militarmente. Tal comando foi pois gerado pelos «nove» e por eles apadrinhado.

Por aí entrou pois a direita, que em Portugal não estava em condições de se instalar de rompante e brutalmente.

Hoje, o novo poder político-militar faz o seu trabalho de reconstrução de uma estrutura que possibilite um regime fascista. Saneamentos à esquerda, colocação de militares progressistas em postos burocráticos, restabelecimento de uma hierarquia e de uma disciplina que têm a ver com o antigo regime, reestruturação da GNR e da PSP, como forças de ordem burguesa.

E alguns dos «nove» são postos de lado, ou são instalados como figuras decorativas. Os que dirigem regiões militares ou se portam bem (ou seja à direita) ou vêm o seu lugar em perigo. Por isso Melo Antunes diz que «há quem sonhe alto pôr o 25 de Abril no banco dos réus».

Estes homens que se quiseram moderados e que pensavam encontrar o caminho para um projecto de «socialismo à portuguesa» que era uma mistura ambigua de todas as coisas, esqueceram o principal — a situação económica. E esquecendo isso, ignoraram que a solução para a crise ou pende definitivamente para o lado dos trabalhadores — a Revolução Socialista — ou para o lado da burguesia — um regime fascista.

Mas o decorrer do processo vem mostrando cada vez mais que assim é. E por isso eles terão que escolher entre os trabalhadores e a burguesia. Escolha que não terão que ser só eles a fazer, mas todos aqueles que continuam a pretender manter-se no meio.

Alto do Duque — Invasão estrangeira

De um grupo de soldados revolucionários do Forte do Alto do Duque recebemos, com pedido de publicação, a seguinte carta:

A ocupação estrangeira continua!
Oficiais e sargentos estrangeiros para o Forte do Alto do Duque

Camaradas: esta carta, que enviamos aos jornais «Página Um», «25 de Abril do Povo», «Gazeta da Semana», «19 Ponto Zero» e a outros jornais de esquerda, com pedido de publicação destina-se a revelar factos alarmantes sobre o que se está a passar no Forte do Alto do Duque (Algés). Como é óbvio, somos obrigados a manter o anonimato. No entanto, a veracidade dos factos que a seguir relatamos poderá ser facilmente confirmada junto de qualquer soldado do nosso quartel.

Posto isto, passemos ao assunto.

Segundo nos foi anunciado há dias, na formatura da manhã, pelo comando, virão instalar-se no Forte do Alto do Duque, muito em breve, talvez já na próxima semana, uma parte dos cem oficiais e sargentos de nacionalidade americana e alemã que vêm desempenhar as funções burocráticas, de planeamento e administração, da força operacional de 2500 homens postos ao dispor da NATO pelo Ramalho Eanes e seus cúmplices, força essa instalada recentemente em Santa Margarida.

Paralelamente a esta revelação, o comando fez-nos um «aviso solene» sobre o «respeito» que deveremos ter a esses oficiais e sargentos às ordens dos imperialistas americanos e europeus. Os termos utilizados são reveladores: «Se passarem por vocês cem vezes no dia, terão que lhe fazer continência outras tantas vezes!»

É evidente que nós não estamos dispostos a servir de esfregões dos militares estrangeiros, tal como não aceitamos às boas o jugo dos militaristas nacionais. E como eles sabem que os soldados, como filhos do povo que são, amam e lutam pela independência nacional, a fim de nos tentarem amedrontar e vergar pela força, têm vindo

a desencadear contra nós toda uma campanha repressiva. É assim que, neste quartel, desde o dia 14 ao dia 22 de Julho, portanto em 8 dias apenas, foram aplicados castigos aos soldados que totalizam 56 dias de prisão disciplinar agravada, 100 dias de detenção, e foram instaurados vários processos a soldados que, na maioria dos casos, foram obrigados a ausentar-se do quartel para atenderem às dificuldades familiares. Tudo isto poderá ser verificado por consulta às Ordens de Serviço dos últimos dias.

Estes factos são mais um exemplo concreto para o nosso Pcvto ver o que foi realmente o «25 de Novembro». Antes, o Forte do Alto do Duque era a sede do Copcon que, sob o comando de Otelio Saraiva (e Carvalho), foi um comando ao serviço das lutas dos trabalhadores e do povo pobre e explorado. Com o golpe reaccionário do 25 de Novembro, o Copcon foi dissolvido pelo Ramalho Eanes e pelo Jaime Neves, sendo presos o camarada Otelio e muitos oficiais revolucionários. Agora é a repressão militarista sobre os soldados e a entrega do quartel aos militares da NATO e do imperialismo norte-americano, os quais não se limitarão, como é evidente, a desempenhar «funções burocráticas»...

Quem são os responsáveis? O Povo português, de que os soldados e todos os militares progressistas fazem parte, querem uma resposta. E essa resposta damos-a nós! Os responsáveis directos são: RAMALHO EANES, general, presidente da República e Chefe do Estado - Maior das Forças Armadas; ROCHA VIEIRA, graduado em general, Chefe do Estado-Maior do Exército; e GOMES MARQUES, ten-coronel, Comandante do Destacamento do Forte do Alto do Duque.

Fora a CIA, fora a NATO, viva a Independência Nacional!

Por um Exército ao serviço do Povo!

O fascismo e o imperialismo não passarão!

Lisboa, 23 de Julho de 1976

Um grupo de soldados revolucionários do Forte do Alto do Duque



Alguns dos peões neste jogo de xadrez são agora postos em causa pelos CDL's (extrema direita) contra os quais alguns dos «Nove» se insurgem. Deste conjunto, quem se descolará, e para onde?